

**EXTENSÃO E POLÍTICA PÚBLICA DE GÊNERO:
PROGRAMA EMPODERA MULHER DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

**EXTENSION AND PUBLIC POLICY ON GENDER:
THE EMPOWER WOMEN PROGRAM OF THE FEDERAL INSTITUTE OF AMAPÁ**

**EXTENSIÓN Y POLÍTICA PÚBLICA DE GÉNERO:
PROGRAMA EMPODERA MUJERES DEL INSTITUTO FEDERAL DE AMAPÁ**

Suellen Campos de Macedo¹
suellen.macedo@ifap.edu.br

Sandra Maria Nascimento de Mattos²
sandramattos@ufrj.br

José Roberto Linhares de Mattos³
linhares@ufrj.br

¹Instituto Federal do Amapá. Macapá, Amapá (AP), Brasil.

²Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

³Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Resumo: Neste artigo, propõe-se uma análise e reflexão sobre a implementação de uma política pública chamada "Mulheres Mil" no âmbito do programa "Empodera Mulher" da Pró-reitoria de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP). O objetivo foi examinar os impactos positivos e os desafios enfrentados na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento feminino por meio da educação e capacitação profissional. A pesquisa foi realizada utilizando uma abordagem qualitativa. Na coleta de dados utilizou-se revisão bibliográfica sobre políticas públicas para mulheres, violência de gênero, educação profissional, análise documental do IFAP e relato de vivências dos participantes do programa. Os resultados obtidos apontam para a importância e as dificuldades do papel das instituições públicas na promoção, no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas para mulheres, no que diz respeito à promoção da equidade de gênero, em especial das mulheres da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas. Gênero. Extensão. Educação.

Abstract: This article proposes an analysis and reflection on the implementation of a public policy called "Mulheres Mil" (Thousand Women) within the scope of the "Empodera Mulher" program of the Pro-Rectorate of Extension, Research, Graduate Studies and Innovation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP). The objective was to examine the positive impacts and challenges faced in promoting gender equality and female empowerment through education and professional training. The research was conducted using a qualitative approach. Data collection used a bibliographic review on public policies for women, gender violence, professional education, documentary analysis of IFAP and reports of experiences of program participants. The results obtained point to the importance and difficulties of the role of public institutions in promoting, developing and implementing public policies for women, with regard to promoting gender equity, especially for women

in the Brazilian Amazon.

Keywords: Public policies. Gender. Extension. Education.

Resumen: Este artículo propone un análisis y reflexión sobre la implementación de la política pública denominada “Mulheres Mil” (Mil Mujeres) en el ámbito del programa “Empodera Mulher” de la Prorectoría de Extensión, Investigación, Posgrado e Innovación del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Amapá (IFAP). El objetivo fue examinar los impactos positivos y los desafíos enfrentados en la promoción de la igualdad de género y el empoderamiento femenino por medio de la educación y la formación profesional. La investigación se realizó mediante un enfoque cualitativo. La recolección de datos se basó en una revisión bibliográfica sobre políticas públicas para mujeres, violencia de género, formación profesional, análisis documental del IFAP y relatos de experiencias de participantes del programa. Los resultados obtenidos apuntan la importancia y las dificultades del papel de las instituciones públicas en la promoción, desarrollo e implementación de políticas públicas para mujeres, en lo que respecta a la promoción de la equidad de género, especialmente para las mujeres de la Amazonia brasileña.

Palabras-clave: Políticas públicas. Género. Extensión. Educación.

1. Introdução

As mulheres na Amazônia enfrentam uma realidade desafiadora devido a lógica colonial, patriarcal e dos fatores socioeconômicos e ambientais que cerceiam suas vivências (Castro, 2022). Muitas delas vivem em comunidades remotas, com acesso limitado a serviços básicos como saúde, educação e saneamento básico. Além disso, a exploração desenfreada dos recursos naturais na região tem impactado diretamente a vida dessas mulheres, que muitas vezes são as principais responsáveis pela subsistência de suas famílias. A falta de políticas públicas eficazes e a presença de conflitos fundiários contribuem para a vulnerabilidade e a marginalização das mulheres amazônicas.

Apesar dos desafios, as mulheres na Amazônia também desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais da região (Miranda; Barroso, 2023). Muitas delas são líderes comunitárias, defensoras dos direitos humanos e ambientais, e atuam ativamente na luta pela proteção da floresta e dos modos de vida sustentáveis. Por meio de iniciativas locais e parcerias com organizações da sociedade civil, as mulheres amazônicas buscam fortalecer sua participação política e econômica, promovendo a igualdade de gênero e a sustentabilidade na região. Apoiar e valorizar o papel das mulheres na Amazônia é essencial para garantir um desenvolvimento mais justo e equitativo, que respeite a diversidade cultural e ambiental dessa importante região do planeta.

Em 2020, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), por intermédio da Pró-reitoria de extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, demonstrou seu

compromisso com a equidade de gênero ao estabelecer um grupo de trabalho multidisciplinar, responsável por conceber e implementar um programa institucional de extensão voltado para a promoção da equidade de gênero, com foco no empoderamento de mulheres, sob a iniciativa intitulada Empodera Mulher. Essa ação reflete o engajamento da instituição em questões sociais relevantes e sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Este artigo apresenta uma análise crítica da implementação da política pública “Mulheres Mil” no âmbito do programa “Empodera Mulher” do Instituto Federal do Amapá (IFAP). A pesquisa teve como objetivo principal examinar os impactos dessa iniciativa na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento feminino, com um olhar especial para os desafios e as oportunidades encontradas. A metodologia adotada foi qualitativa, combinando revisão bibliográfica sobre políticas públicas para mulheres, violência de gênero e educação profissional, análise documental do IFAP e relatos de experiências de participantes do programa. Por meio dessa abordagem, buscamos compreender as nuances da implementação da política e identificar lições aprendidas que possam servir de inspiração para outras instituições.

2. O estado do Amapá

Antes de falar do projeto, é preciso apresentar um pouco do Amapá, estado brasileiro localizado na região Norte do país, sendo um dos mais jovens da República Federativa, tendo conquistado essa posição com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). É o "único estado da federação a destinar um percentual tão significativo de suas terras à preservação: cerca de 72%" (Brasil, 2022). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2022, a população do Amapá é de 733.759 habitantes, destes 49,68% são mulheres e 50,32% são homens. O Estado apresenta uma densidade populacional de 5,15 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2023).

Ainda segundo o IBGE, o rendimento médio mensal por pessoa em cada lar foi de R\$ 1.520 no ano de 2023, esse montante representa a média do valor bruto recebido por cada indivíduo na residência ao longo de um mês. Esse indicador corrobora o fato de o estado do Amapá enfrentar desafios em termos de desenvolvimento humano, conforme apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,688, ficando na 25ª posição no ranking nacional em 2021 (IBGE, 2023).

É importante ressaltar que o IDH do Amapá tem apresentado uma trajetória de queda nos últimos 10 anos. Em 2019, o índice era de 0,737, o que demonstra uma redução significativa em relação ao atual. Portanto, faz-se necessário um olhar mais atento para as questões sociais, econômicas e educacionais no

estado, a fim de promover melhorias efetivas na qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a condição de vida das amapaenses é agravada pela interseccionalidade das opressões sociais que pesam sobre as mulheres pelo gênero, raça e classe, (Davis, 2016). A interseccionalidade de gênero, raça e classe, busca compreender as interações complexas e interdependentes entre diferentes formas de opressão e discriminação que as mulheres vivenciam. Davis (2016) argumenta que as experiências das mulheres são moldadas não apenas pelo gênero, mas também pela raça e classe social, destacando a importância de considerar essas interseções para uma análise mais completa das desigualdades sociais às quais as mulheres estão expostas.

Observa-se, segundo o mapa estatístico da violência doméstica no Amapá, realizado pelo MP-AP, referente ao ano de 2022, houve um total de 2.342 casos de violência doméstica contra mulheres em todo o estado do Amapá. A cidade de Macapá registrou 55% dos casos, seguida por Santana com 15% e Laranjal do Jari com 10%. O relatório também aponta que 86% desses casos de violência ocorrem dentro de casa, durante a noite, e são cometidos por agressores que convivem ou já conviveram com as vítimas em 92% dos casos (Amapá, 2023).

No mundo do trabalho a desigualdade continua presente. Segundo a Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal as mulheres no Amapá, ganharam 29,5% a menos que homens em 2023, quando a média nacional é de 19,4% (Brasil, 2024). A luta por igualdade de gênero e por oportunidades para todas as mulheres é árdua e cheia de desafios, pois estamos lidando com aspectos culturais arraigados nas relações sociais, nas estruturas institucionais e jurídicas percebidas por nós de forma diferentes, mas sentidas. É uma batalha diária contra o sexismo, o machismo estrutural, a violência de gênero, a falta de formação política e a desigualdade de acesso à educação e ao trabalho precarizado.

3. Programa Empodera Mulher

A experiência sócio histórica do Brasil da invasão, passando pela escravização e o genocídio indígena, resultou em muitos problemas socioeconômicos como desigualdade social, racismo, violência e perpetuação da pobreza. Diante deste cenário muitas instituições, dispositivos e políticas públicas foram pensados para lidar com essas problemáticas. Nesse sentido, o sistema de ensino superior brasileiro é fundado em um tripé indissociável, a saber, ensino, pesquisa e extensão, sendo esta última a que lhe liga diretamente com essas questões sociais. A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) demonstra grande potencial para melhorar a qualidade de vida de milhões de pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social por propor trabalhar com coesão e equidade social. No entanto, as Instituições de Ensino Superior (IES) enfrentam desafios significativos para

superar as limitações dos sistemas educacionais formais, que muitas vezes reproduzem desigualdades sociais. Nesse contexto, a extensão universitária surge como uma ferramenta estratégica para promover equidade social.

Tomando como partida a realidade social de mulheres amazônicas, o Programa Empodera Mulher foi concebido. Ele se constitui em um conjunto de ações de extensão cujo objetivo principal é criar espaços de empoderamento feminino, por meio da promoção da educação e da capacitação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, visando criar condições para que elas possam romper com ciclos de violência e galgarem mais autonomia. Por meio de oficinas, palestras e atividades educativas, busca-se fortalecer a autoestima, o autoreconhecimento e a autonomia dessas mulheres. O programa também foi pensado para as servidoras e alunas do IFAP, como espaço de articulação, empoderamento e formação.

A concepção ideológica do programa é inspirada no conceito de empoderamento proposta por Berth (2019), que o define como um processo de conscientização crítica e mobilização. Segundo a autora, o empoderamento pressupõe o reconhecimento dos sujeitos como seres complexos e detentores de conhecimentos ancestrais, capazes de analisar suas realidades e construir estratégias de transformação social, inspirando-se nas ideias de Paulo Freire (1996) sobre a libertação.

A implementação do programa no IFAP, apesar de ter sido recebida com entusiasmo tanto pela comunidade interna quanto externa, enfrentou desafios consideráveis. Burocracia, limitações de recursos e resistência de alguns setores da instituição e da sociedade foram obstáculos extenuantes. No entanto, com determinação e o apoio de uma equipe engajada, o programa conseguiu superar essas dificuldades e consolidar-se como referência na rede federal de educação, atraindo um grande número de estudantes para os cursos de formação inicial e continuada (FIC).

A experiência na articulação dessa política de equidade de gênero revelou uma série de desafios complexos. Existe uma sobrecarga institucional, resultante das emergências sociais e do sucateamento dos serviços públicos, que impactam diretamente a implementação e a gestão de políticas de longo prazo. Além disso, a instabilidade política e a descontinuidade de políticas públicas, frequentemente motivadas por questões partidárias e populistas, geram um ambiente de incerteza e fragilizam a governança. Destacamos, ainda, a importância de considerar as particularidades regionais e as necessidades específicas de grupos vulneráveis, como mulheres ribeirinhas, indígenas e quilombolas, que sofrem com as diversas formas de violência de gênero presentes na sociedade.

Apesar dos desafios, o programa analisado demonstra resultados promissores. Ao formar quase mil mulheres em dez municípios do Amapá (Ifap, s.d.), o programa contribuiu significativamente para o

empoderamento feminino e a promoção da igualdade de gênero, . A oferta de cursos e o desenvolvimento de ações específicas para mulheres de comunidades tradicionais demonstram o compromisso do programa em alcançar as populações mais vulneráveis. Esses resultados indicam que, mesmo em um contexto adverso, é possível implementar políticas públicas eficazes e promover a transformação social.

4. Desigualdade de Gênero: desafios e políticas públicas no desenvolvimento e extensão

O feminismo é uma ideologia política que se manifesta tanto em produções teóricas quanto em ações práticas voltadas ao combate às condições de opressão enfrentadas pelas mulheres. A categoria teórica e política de gênero, surgida na década de 80, rejeita o determinismo biológico e reconhece a pluralidade do feminismo e das diferentes formas de compreender a questão das mulheres no mundo. Dessa forma, a categoria analítica do gênero é entendida como a construção cultural sobre a diferença sexual, entre homem e mulher variando entre sociedades e ao longo do tempo. Conforme Bonetti (2011), em "Desigualdade de gênero", presente em "O Direito Achado na Rua vol. 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres", a questão de gênero é fundamental para compreender as desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres.

No Brasil, os indicadores de gênero revelam disparidades significativas entre homens e mulheres em diversas esferas da sociedade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que as mulheres ainda enfrentam desigualdades no mercado de trabalho, com salários inferiores aos dos homens e menor representatividade em cargos de liderança. Além disso, o Fórum Econômico Mundial, através do índice sintético Global Gender Gap Index (GGI), mostra que o país ainda possui uma grande lacuna de gênero, refletida na baixa participação feminina na política e nos altos índices de violência contra a mulher. Esses indicadores evidenciam a necessidade de políticas públicas e ações afirmativas que promovam a equidade de gênero e o empoderamento das mulheres na sociedade brasileira.

O Programa Empodera Mulher foi inspirado no Programa Nacional Mulheres Mil, recriado pela Portaria do Ministério da Educação-MEC nº 725, de 13 de abril de 2023 (Brasil, 2023), mas que existe desde 2011 e é uma experiência exitosa de uma iniciativa piloto, criada em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) com o Canadá (Brasil, s.d.). Ela reúne políticas públicas e diretrizes governamentais que visam promover a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A Rede Federal de

Educação criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), que constitui a maior política pública de educação profissional e tecnológica do país, é uma das principais articuladoras do programa no país inteiro. Os institutos federais equiparam-se às universidades, ofertando também o nível básico, buscam atender aos arranjos produtivos locais, ouvindo e articulando as demandas dos territórios para promover a melhoria da qualidade de vida, utilizando suas capacidades científicas e tecnológicas.

Dessa forma, o IFAP, comprometido com sua contribuição para equidade de gênero no Amapá, desde 2013 tem promovido a formação profissional de mulheres em vulnerabilidade social por meio da metodologia e do fomento da linha de crédito do Mulheres Mil. Essa política pública converge para ampliação da Educação Profissional e Tecnológica em todo o Brasil, fruto do fortalecimento da concepção da educação como um direito universal, conforme estabelecido no Artigo 205 da Constituição Federal: "A educação é um direito de todos e um dever do Estado e da Família" (Brasil, 1988, Art. 205), que por sua vez é resultado da luta democrática pela ampliação e reconhecimento de direitos de diferentes grupos, fruto de movimentos sociais organizados nas décadas da retomada democrática (Paula, 2013).

Historicamente, segundo Mattos, Mattos e Silva (2022), desde 1809 houve várias políticas públicas com vistas à Educação Profissional no Brasil.

Registros remontam às primeiras experiências com a finalidade de “ensinar algum ofício” por intermédio do Colégio de Fábricas, em 1809, no Rio de Janeiro, o qual foi criado com o propósito de abrigar órfãos trazidos de Portugal (estes integravam a comitiva da Família Real que veio para o Brasil) (Mattos; Mattos; Silva, 2022, p. 2057).

Ainda segundo Mattos, Mattos e Silva (2022), posteriormente, essa experiência deu origem às Casas de Educandos Artífices e os Liceus de Artes e Ofícios, entre 1840 e 1856, e com o Decreto Federal No 7.566, de 23 de setembro de 1909 (BRASIL, 1909, s.p.), chega-se às Escolas de Aprendizagem Artífices. Portanto, foram 100 anos de criação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional. Mas o maior avanço veio com o advento da Lei n.º 11.892 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Já a história do IFAP começa em 25 de outubro de 2007, quando foi sancionada a Lei nº 11.534 (Brasil, 2007a) que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais, Escola Técnica Federal do Amapá, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Possui estrutura descentralizada, pluricurricular e multicampi, o IFAP possui diversos domicílios, incluindo a Reitoria, Campus Macapá, Campus Avançado do Oiapoque, Campus Laranjal do Jari, Campus Santana, Campus Porto Grande, Centro de Referência em Educação a Distância de Pedra Branca do Amapari e Polo Amapá (Bicalho; Macedo, 2020).

O IFAP oferece cursos de graduação em Licenciatura, Bacharelado e Tecnologia, com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) como forma de ingresso, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No ensino superior, a instituição disponibiliza 18 cursos, além de 05 cursos de pós-graduação lato sensu e 01 stricto sensu. No Ensino Técnico, com opções integral e subsequente, são ofertados 17 cursos presenciais e a distância em todas as unidades.

Ao estruturar um programa institucional voltado para equidade de gênero, a instituição além de caminhar ao encontro de cumprir suas finalidades e objetivos definidos pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), também comunica a toda a comunidade seu compromisso com a promoção social, através da ampliação do acesso a direitos, participação democrática e da justiça social. Devido a sua concepção política e filosófica, as ações dos institutos federais possuem grande capilaridade e constituem-se quase sempre na articulação de inúmeras políticas públicas de diversas áreas, como saúde, educação, segurança pública e emprego nos territórios, que exigem dos servidores públicos e das instituições conhecimentos pluridisciplinares e vários arranjos administrativos e institucionais internos e externos que estão em grande parte desmontados pelos ataques às coisas públicas em decorrência da ideologia econômica neoliberal que tomou a cena após o Golpe de 2016.

Neste contexto, as políticas públicas surgem como um instrumento importante para a promoção da igualdade e a garantia dos direitos das mulheres. As políticas públicas educacionais, em especial, desempenham um papel crucial na inclusão social e no empoderamento das mulheres, permitindo o acesso à educação de qualidade e a oportunidades de capacitação e formação profissional. A implementação de programas e ações voltados para a educação das mulheres contribui não apenas para a melhoria de suas condições de vida, mas também para o desenvolvimento social e econômico do estado em sua totalidade.

No entanto, para que haja avanços concretos na promoção da igualdade de gênero no Amapá, é necessário que haja um esforço coletivo e coordenado por parte dos poderes públicos, da sociedade civil e das instituições educacionais. Somente através de uma ação conjunta e integrada será possível superar as barreiras estruturais e culturais que perpetuam a desigualdade e a discriminação de gênero na região, garantindo um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, que garanta o verdadeiro exercício da cidadania.

Dessa forma, a teoria feminista compartilha com a sociedade uma série de pressupostos teóricos que elucidam problemas sociais que reafirmam a subalternidade, a violência, a segregação de certos grupos e que por conta disso, o subdesenvolvimento de certo territórios se reafirmam. Para que ocorra desenvolvimento social e econômico é preciso garantir que todos os cidadãos acessem as estruturas do

estado e do mercado de forma igualitária.

O feminismo é um movimento social, político e teórico multifacetado pelas territorialidades onde foi forjado. Ele surgiu no final do século XIX, as principais reivindicações estavam ligadas à educação, ao emprego e às leis ligadas ao casamento, sendo reconhecido, atualmente, como movimento de mulheres da classe média, sendo chamado de primeira onda (Brym, 2006).

As principais teorias feministas incluem o feminismo liberal, que busca a igualdade de direitos perante a lei e oportunidades iguais para homens e mulheres; o feminismo radical, que enfatiza a necessidade de mudanças estruturais na sociedade para acabar com a opressão das mulheres; o feminismo marxista, que analisa a opressão das mulheres à luz da exploração capitalista; e o feminismo interseccional, que reconhece a interseção de diferentes formas de opressão como raça, classe e sexualidade. Conforme afirma Oliveira (2019, p. 14) "o conceito guarda uma polissemia mesmo entre as feministas e as diversas correntes do movimento feminista, desde o liberal até o radical, passando pela pós-moderna e a vinculada à tradição marxista".

No entanto, é importante ressaltar que as problemáticas culturais e as estruturas de poder são fatores que contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero no Amapá. O machismo estrutural, presente nas relações sociais e institucionais, reforça estereótipos e preconceitos que limitam o pleno exercício dos direitos das mulheres e sua participação ativa na sociedade. Além disso, a violência de gênero é um problema recorrente na região, afetando a integridade física e psicológica das mulheres e perpetuando um ciclo de exclusão e discriminação.

De acordo com De Medeiros (2017), a extensão universitária é um espaço institucional destinado à formação dos indivíduos envolvidos em suas atividades como cidadãos. Atualmente, essa prática engloba a elaboração de uma proposta de transformação social, visando promover ações que atendam às necessidades dos participantes e contribuam para o seu desenvolvimento pessoal. Isso ocorre tanto por parte dos estudantes universitários envolvidos nessas atividades quanto das comunidades que são beneficiadas por elas.

A atividade extensionista é o agir político da instituição de ensino no caminho de fomentar a inclusão social e facilitar a disseminação mais abrangente do conhecimento, evitando a prevalência do elitismo acadêmico e incentivando a troca de saberes. Ainda segundo a autora, por meio da Extensão, a instituição universitária reconhece sua interconexão com outros atores e reconhece a necessidade de se abrir para as potenciais oportunidades provenientes desse ambiente colaborativo.

5. Vivências e Experiências na Articulação do Programa

Em outubro de 2020, o IFAP estabeleceu uma comissão composta por 10 servidores do IFAP com a finalidade de elaborar o programa e estabelecer suas diretrizes operacionais. Em dezembro de 2020, a equipe finalizou suas atividades e apresentou a proposta do programa em forma de resolução, a qual foi submetida ao Conselho Superior (CONSUP) do IFAP e aprovada em fevereiro de 2021, resultando na criação do Programa Empodera Mulher, conforme Resolução nº 7.2021 Consup (Ifap, 2021).

Durante o período de 2021 a 2022, quando o IFAP operava de forma remota em decorrência da pandemia da covid-19, as principais estratégias de desenvolvimento do programa consistiram em debates realizados em reuniões virtuais entre os membros da equipe, pesquisas sobre políticas públicas de gênero e a análise da metodologia adotada pelo Programa Mulheres Mil. Todos os recursos empregados na elaboração da proposta já estavam disponíveis, não gerando custos adicionais para a instituição.

Ao longo de seus três anos de existência, o programa realizou quatro eventos e disponibilizou mais de 1.000 vagas em cursos FIC. Além disso, investiu cerca de R\$ 1.225.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e cinco mil reais) em atividades de extensão e implementou ações em dez dos dezesseis municípios do estado do Amapá, e mobilizou mais de 500 profissionais da educação para a execução dos cursos FIC (Ifap, s.d.).

Nos dois ciclos de oferta de cursos FIC o programa recebeu três vezes mais solicitações de matrícula do que o número de vagas ofertadas (Ifap, s.d.). Esse fenômeno pode indicar uma crescente demanda por cursos oferecidos pela instituição, sugerindo a necessidade de ampliação da infraestrutura educacional para atender a essa procura crescente e garantir a qualidade do ensino oferecido. Além disso, essa tendência de aumento nas matrículas pode ser um indicativo do reconhecimento e valorização dos cursos oferecidos pelo instituto no mercado educacional.

No âmbito do programa foram ofertados 05 cursos todos com 160 horas e realizados em aproximadamente 40 dias letivos. Esses cursos foram: microempreendedor individual, promotor de vendas, operador de máquinas e implementos agrícolas, operador de resíduos sólidos, assistente de planejamento e controle de produção. Além do fomento com subsídio financeiro à realização de 06 projetos de extensão que atendeu mais de 90 mulheres, entre artesãs, ribeirinhas, agricultoras, apenas no ano de 2024. A maioria das vagas estavam concentradas nos cursos do eixo tecnológico de gestão e negócio, principalmente por serem cursos de baixo custo para a instituição.

A metodologia de cálculo para o financiamento de tais cursos é estabelecida em dez reais por hora-aluno, conforme determinado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de

acordo com a resolução nº 18, de 07 de outubro de 2020, (Brasil, 2020), do Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Esse recurso é alocado para cobrir despesas com a equipe, material didático e prático, assistência financeira aos alunos e encargos relacionados à contratação de serviços terceirizados.

Como estratégia de apoio à permanência das alunas no programa, elas recebiam cerca de dez reais por dia, uma média de 450,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco) reais para todo curso, estando esse pagamento condicionado à frequência da aluna. Em 2024, o empodera mulher conseguiu aumentar esse valor para quatorze reais diários por aluna, após receber um aporte financeiro por meio de emenda parlamentar. A principal fonte de financiamento do programa é proveniente da linha de financiamento Mulher Mil, disponibilizada pelo FNDE em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

Muitas ações do Programa foram possíveis em decorrência de parcerias com o Governo do estado do Amapá através das Secretarias de Mobilização Inclusão e Mobilização Social, Políticas Públicas para mulheres e Educação, com as prefeituras, instituições da sociedade civil, Sebrae/Amapá entre outras organizações da sociedade civil organizada como as Associações de Mulheres Louceiras do Maruanum e Associação de Mulheres Ribeirinhas, extrativista, Sementes do Araguari, que apoiaram a divulgação, inscrições, matrículas, viabilizaram logística para atendimento a regiões interioranas eventos entre outros, que foram determinantes para a capilaridade e volume das ações.

Uma das dificuldades que a equipe de trabalho do programa enfrentou se refere a sobrecarga de trabalho, devido a extensão da jornada de trabalho dos colaboradores. Aliada às atribuições regulares no Instituto Federal do Amapá (IFAP), a carga horária excedia 60 horas semanais. As horas dedicadas ao programa extrapolaram a carga horária laboral devido à concessão de bolsas aos servidores. Frequentemente exaustivas, tais jornadas são agravadas pela conciliação com atividades de pós-graduação por parte de muitos colegas. Os programas de extensão quase sempre são oportunidade de ganhos extras por parte dos servidores, os salários dos servidores da educação estão entre os mais baixos do executivo federal. Então é muito comum servidores estarem envolvidos em jornadas diárias de trabalho que ultrapassam 14 horas para somar renda.

Os resultados financeiros não se apresentam como o único estímulo para a implementação das atividades do programa em questão. A superação das estruturas que perpetuam as disparidades sociais emerge como um dos principais propulsores das ações dos colaboradores participantes, sobretudo diante dos inúmeros e complexos obstáculos que se apresentam. As instituições públicas de ensino no Brasil têm histórico de baixo investimento, situação que melhorou sobre o governo no Partido dos

Trabalhadores quando houve um processo de expansão do ensino superior com a criação de programas como o Reuni, programa de apoio ao planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, (Brasil, 2007b), e a criação da rede federal de educação profissional tecnológica em 2008. Entretanto, de 2016 até 2021, as instituições de ensino sofreram golpes profundos com corte de recursos e ameaças a sua autonomia administrativa, financeira e política devido a discordância ideológica dos grupos políticos à frente do Governo Federal no período em questão.

A estrutura financeira do programa não é adequada para abranger a amplitude das atividades necessárias para a execução dos cursos, considerando a realidade social das mulheres em vulnerabilidade socioeconômica. Não há alocação de recursos para as etapas que precedem a oferta dos cursos, como o diagnóstico inicial, mobilizar a população e ir a campo tem muitos custos, além disso os professores não são remunerados pelo tempo dedicado à elaboração do material didático e planejamento da aula. Além disso, a quantia fornecida às alunas não é suficiente para cobrir despesas como alimentação e transporte público.

Outro ponto crítico é a inadequação do formato dos projetos às realidades específicas dos territórios amazônicos. As diretrizes de fomento do bolsa formação são predominantemente urbanas, dificultando o atendimento às necessidades de comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas. A falta de infraestrutura adequada, como estradas e acesso à internet, presente em grande parte da Amazônia, torna inviável o cumprimento de algumas exigências do programa, como a confirmação de matrícula em sistemas online. A instituição, ao atender essas comunidades, enfrenta o desafio de mobilizar parceiros e alocar recursos consideráveis para superar as diversas barreiras impostas pela falta de infraestrutura e recursos básicos.

O Programa Empodera Mulher tem alcançado resultados significativos em diversas regiões do Amapá, como a comunidade extrativista do Cajari, onde 40 mulheres foram capacitadas em técnicas, que se refletiram no beneficiamento da castanha -do-Brasil, atividade produtiva mais forte da região (Equinócio, 2024). No entanto, a expansão do programa para outras comunidades, como as ribeirinhas, enfrenta desafios relacionados à logística e à disponibilidade de recursos. A parceria com a Associação de Mulheres Sementes do Araguari, por exemplo, ainda não foi concretizada, na oferta de cursos dentro da comunidade, devido aos altos custos de transporte e hospedagem nessas áreas, ainda assim foi determinante para o aprendizado e crescimento do programa.

Além disso, a principal base para a realização das atividades é a infraestrutura do IFAP, que enfrenta variadas limitações em decorrência das restrições orçamentárias, incapazes de atender

completamente às necessidades da instituição. A precarização do serviço público, acentuada pelos cortes orçamentários, vem se agravando desde 2016. Ademais, a organização também enfrenta os desafios trazidos pela pandemia, como a diminuição do número de servidores. Essas condições têm um impacto negativo na qualidade de vida dos gestores e colaboradores, comprometendo as relações interpessoais e criando um ambiente de trabalho desgastante. A instituição está empenhada em estabelecer parcerias com diferentes organizações como forma de superar esses desafios.

Essas dificuldades não apenas comprometem a eficiência do trabalho realizado, mas também afetam a motivação e o bem-estar das equipes, que se sentem sobrecarregadas diante da falta de recursos e da necessidade de desempenhar suas funções com uma estrutura debilitada. A falta de investimentos em infraestrutura e pessoal adequados agrava a situação, levando a um ciclo vicioso de insatisfação e queda na produtividade. Portanto, é fundamental que haja uma reavaliação das políticas públicas e um maior direcionamento de recursos para que a instituição possa cumprir sua missão educativa e social de maneira mais efetiva e sustentável.

6. As Sementes do Araguari

Conforme afirmado por Miranda e Barroso (2023), as mulheres na Amazônia desempenham um papel fundamental na preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais da região, organizando-se e resistindo às condições culturais e sociais que as cercam. Imersa dentro do complexo sistema amazônico, um grupo formado majoritariamente por mulheres, chama a atenção por seu protagonismo e organização comunitária. As Sementes do Araguari, estão organizadas em uma associação, e produzem artesanatos, biocosméticos, como sabonetes, unguentos, óleos, velas entre outros produtos e, também, desenvolvem atividades de ecoturismo. O grupo organiza-se em torno de toda a cadeia produtiva dos biocosméticos, da coleta sazonal das matérias orgânicas, extração de óleos, produção e comercialização das mercadorias.

A Associação das Mulheres Extrativistas Ribeirinhas do Araguari – Sementes do Araguari, começou em 2019, mas só foi formalmente constituída em 2020 e, atualmente, reúne 68 associados. Destes 60 são mulheres e oito são homens, segundo sua presidenta, em sua maioria familiares, residentes entre os territórios do Município de Porto Grande e as margens do Alto e Médio Araguari, no estado do Amapá. São conhecidas como as Sementes ou Sementeiras do Araguari, conforme nos relata Arlete, presidenta da Associação. A associação, com sede no Alto Araguari, dispõe de uma voadeira, um motor de polpa e acesso à internet, recursos que têm sido fundamentais para o desenvolvimento de seus projetos. A partir de um grupo inicial de vinte e sete mulheres, a associação tem crescido e se

consolidado como um importante espaço de empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável na região.

A Associação Sementes do Araguari, que se destaca por sua habilidade de articulação com diferentes setores da sociedade, foi apresentada ao programa Empodera Mulher do IFAP em julho de 2021. O objetivo era potencializar a oferta de cursos de formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade. Após uma jornada de quatro horas, percorrendo 100 km da capital do Amapá, Macapá, até o município de Porto Grande, e três horas de voadeira subindo o rio Araguari, a equipe foi calorosamente acolhida pelas mulheres na casa de Seu Gabriel e Dona Dora (figura 1).

Figura 1 - Visita da equipe do IFAP à sede das Sementes do Araguari



Fonte: Autores, 2021.

Durante a visita, a equipe teve a oportunidade de conhecer a história da associação, a construção de sua sede e os produtos que oferecem. Foi profundo perceber a força e o empoderamento dessas mulheres, que são capazes de sustentar a produção e a comercialização de produtos da floresta, mesmo em um contexto tão desafiador.

As Sementes do Araguari se entrelaçam ao longo das margens do rio Araguari, não apenas para dividir as responsabilidades das tarefas diárias, mas para compartilhar a própria essência da vida, criando um laço profundo e afetivo entre seus membros. Entre elas, existem aquelas que são parentes próximas, como irmãs, tias e netas, enquanto outras construíram uma relação de proximidade ao longo das gerações, tornando-se vizinhas e companheiras. Essa união revela um rico tecido social onde as histórias se entrecruzam, as experiências se multiplicam e o cotidiano é vivido em coletividade, reforçando a

importância da solidariedade e da convivência na construção de um ambiente saudável e harmonioso. Assim, as Sementes do Araguari simbolizam não apenas a força do vínculo familiar e comunitário, mas também a beleza de uma vida compartilhada nas margens de um rio que testemunha essa rica interação.

As experiências dessas mulheres refletem a realidade de muitos habitantes da Amazônia. A comunidade em que vivem enfrenta ausência de escolas, unidades básicas de saúde, eletricidade e saneamento. Essa condição precária de vida é um fator crucial que impulsiona o abandono da região. Contudo, em ato de resistência, essas mulheres se empenham em manter os laços com seu território e lutam por melhorias para a comunidade. Para isso, estabeleceram uma parceria com o IFAP, que destinou recursos para conhecer a realidade local. Isso possibilita diversas interações, como a visita de pesquisadores à comunidade, a inclusão das mulheres em atividades de extensão do programa "Empodera Mulher" e sua participação em eventos e feiras promovidas pelo IFAP.

Entretanto, ao convidar o IFAP para se aproximar, a comunidade visava combater a evasão dos jovens, provocada pela falta de escolas e ausência de formações regulares. Muitas mulheres da associação possuem apenas o ensino fundamental, e algumas mais velhas não sabem ler. Infelizmente, o IFAP não conseguiu atender essa demanda específica, pois não conseguiu mobilizar recursos essenciais para apoiar a comunidade em seu território, o que se deve à precarização dos recursos institucionais, conforme já mencionado. Apesar dessa limitação, a interação com as Sementes do Araguari é fundamental, pois proporciona aprendizados valiosos a partir das vivências locais.

Em contraponto às dificuldades, a parceria com o IFAP segue colhendo muitos frutos, principalmente na formação de mulheres que são excluídas dos ambientes tradicionais de ensino. No contexto educacional, é importante compreender que o mundo está em constante evolução e transformação. Devendo ser encarado o conhecimento histórico como uma possibilidade de mudança, não como algo predeterminado. O educador deve intervir ativamente no mundo, sendo um agente de transformação, como sujeito ativo na História, na cultura e na política, buscando promover mudanças significativas, como nos ensina Paulo Freire (1996).

Os autores desse artigo tiveram uma experiência na comunidade, em uma viagem de campo em 2023. O guia que conduziu os pesquisadores, chamado Júnior, nasceu no município de Porto Grande, mas cresceu na comunidade do Alto Araguari, onde possui uma residência e desenvolve um trabalho como guia turístico. Ele também é agente florestal, e já colaborou com inúmeros pesquisadores na região no estudo da fauna e flora, pois conhece muito bem a floresta e trabalha com manejo de açaí, possuindo um grande domínio de botânica e das espécies locais. Uma coisa importante sobre o trajeto de voadeira pelo Rio Araguari, é que o rio possui muitas formações rochosas que ficam aparentes nas secas, e

dificulta o trânsito das embarcações, aumentando o tempo de viagem, e só os residentes da região conhecem os caminhos entre as pedras nas épocas de cheias.

As casas da comunidade do Alto Araguari são construídas com madeira, extraída pelos próprios moradores, telhas de fibrocimento. Elas são construídas sob palafitas, por precaução na época de cheias e sempre seguem os cursos dos Rios. É comum que elas estejam distantes umas das outras ou em pequenos conglomerados, geralmente composto por familiares. A maior parte dos membros da comunidade possui residência fixa em Porto Grande. Como nunca contaram com escolas e serviços de saúde suficientes na região, as famílias tiveram que manter outra residência na cidade. Na figura 2, temos a casa da Dona Glorinha, uma habitação de porte médio, toda em madeira, com banheiro em alvenaria, onde ela costuma hospedar visitantes frequentes como turistas e pesquisadores.

Figura 2 – Casa da Dona Glorinha, margem direita do Rio Araguari



Fonte: Autores, 2023.

A família de Dona Glorinha, mãe do Júnior, é uma das famílias que mora dentro da FLONA e chegou à região do Alto Araguari em meados dos anos 1960, atraída por “boas condições de viver”, como ela mesmo, que é a matriarca da família, disse. Ela relata que, quando sua família chegou à região, vinda do interior do Pará, não possuía terras. Após alguns anos de trabalho, conseguiram adquirir um pedaço de terra onde vivem até hoje. A família de Dona Glorinha é muito atuante na comunidade e constitui uma memória viva deste lugar.

7. Conclusões

A teoria feminista compartilha com a sociedade uma série de pressupostos teóricos que abordam questões sociais como a subalternidade, a violência e a segregação de grupos específicos. Esses

problemas contribuem para o subdesenvolvimento de determinadas regiões, reforçando a importância de garantir a igualdade de acesso às estruturas do estado e do mercado para promover o desenvolvimento social e econômico.

É fundamental que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de participar ativamente na sociedade e na economia, sem discriminação ou exclusão. A equidade de gênero e a inclusão de diferentes grupos são essenciais para construir uma sociedade mais justa e próspera, onde todos tenham voz e sejam valorizados. Portanto, é necessário promover políticas públicas e práticas empresariais que incentivem a diversidade e a equidade de gênero, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades. Somente assim será possível alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo, onde a justiça social e econômica sejam realidades palpáveis.

Compreender como a sociedade vem formulando as práticas educativas ao longo de seu processo histórico e social corrobora os ensinamentos de Paulo Freire sobre a grandiosidade da tarefa e a responsabilidade dos educadores, e da sociedade como um todo com a educação dos indivíduos. Por ser um sistema eficiente de controle e dominação, a educação não tem sido utilizada de forma emancipatória, libertadora e criativa, como deveria ser. Ela caminha para sair desses ideais e oferecer mais do que o letramento minimamente necessário para o mundo do trabalho.

As diferentes concepções educativas ao longo da história da humanidade, os dogmatismos, demonstram a urgência do pensamento crítico e da postura ética em todos os aspectos da educação na contemporaneidade. O compromisso com o autoconhecimento e a coragem de dialogar com o real, permitirão aos indivíduos a construção de práticas mais emancipatórias e capazes realmente de promover mudanças estruturais na sociedade.

Diante do exposto, é fundamental que o estado do Amapá adote medidas efetivas para combater a desigualdade social e de gênero, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de gênero, raça ou classe social. Neste sentido, a implementação de políticas públicas educacionais para as mulheres se mostra como uma estratégia importante para o desenvolvimento social e econômico da região, garantindo o acesso à educação de qualidade e promovendo o empoderamento feminino.

Ainda há muito a ser feito, mas, enquanto houver mulheres dispostas a lutar por seus direitos e profissionais comprometidas com paridade social, haverá esperança de um futuro mais equitativo e igualitário para todas. E é com essa esperança que continuamos nossa jornada, enfrentando os desafios e seguindo em frente, rumo a um mundo onde todas as mulheres possam respirar livremente, sem o peso das desigualdades e opressões.

8. Referências

AMAPÁ, Ministério público do Amapá. **Mapa estatístico da violência doméstica no Amapá**. 2023. Disponível em <https://www.mpap.mp.br/noticia/mp-ap-divulga-mapa-estatistico-da-violencia-domestica-no-amapa>. Acesso em: 01 maio 2024.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Pedro Clei Sanches. **História e memória da Educação Profissional e Tecnológica**: as narrativas do processo de implantação e expansão do Instituto Federal do Amapá. Revista LABOR, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 372-395, jul./dez. 2020.

BONETTI, Aline. **Desigualdade de gênero**. O Direito Achado na Rua. Vol. 5. Introdução Crítica ao Direito das Mulheres. Brasília: CEAD, 2011.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRYM, Robert. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Thomson, 2006.

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social. **Mulheres ganham 29,5% a menos que os homens no Amapá, revela 1º relatório de transparência salarial**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/igualdade-salarial/mulheres-ganham-29-5-a-menos-que-os-homens-no-amapa-revela-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Institui o Programa Mulheres Mil**. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-725-de-13-de-abril-de-2023-476993529>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. **13 de setembro**: dia da criação do ex-território federal do Amapá. 2022. Disponível em: <https://www.trt8.jus.br/noticias/2022/13-de-setembro-dia-da-criacao-do-ex-territorio-federal-do-amapa>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução n.º 18, de 7 de outubro de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/phocadownload/fnde/legislacao/resolucoes/2020/RESOLUO%20N%2018%20DE%2007%20DE%20OUTUBRO%20DE%202020.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 17 de jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto Piloto - Programa Mulheres Mil**. (s.d.). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/267-programas-e-acoes-1921564125/programa-mulheres-mil-1429950593/62641-projeto-piloto-programa-mulheres-mil>. Acesso em: 08 de out. 2024.

CASTRO, Edna Ramos de. Prefácio: Desenvolvimento regional e desafios contemporâneos. *In*: Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro; PIZZIO, Alex; THEIS, Ivo Marcos (org.). **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Nave, 2022. E-book (PDF; 1 Mb). ISBN 978-65-84762-12-1

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MEDEIROS, Márcia Maria. A extensão universitária no Brasil – um percurso histórico. **Revista Barbaquá/UEMS - Dourados - MS**, vol. 01, n. 01, p. 09-16, jan-jun 2017. ISSN: 2526-9461.

EQUINÓCIO PLAY. **Programa Empodera Mulher leva curso à comunidade agroextrativista Água Branca do Cajari**. 28 maio 2024. Disponível em: <https://equinocioplay.com.br/2024/05/28/programa-empodera-mulher-leva-curso-a-comunidade-agroextrativista-agua-branca-do-cajari/>. Acesso em: 07 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Panorama das cidades**. 2023. Disponível in: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IFAP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. **Programa Empodera Mulher do IFAP**. (s.d.). Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/coordenadora-de-acoes-empendedoras/programa-empodera-mulher-ifap>. Acesso em 07 set.2024.

IFAP. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. **Resolução nº 7.2021 Consup**. 2021. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/3384-resolucao-n-7-2021-consup>. Acesso em 04 abri. 2024.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento; MATTOS, José Roberto Linhares; SILVA, Romaro Antonio. Institutos Federais e oferta de cursos de formação de professores: avanços, desafios e possibilidades. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 22, n. 75, p. 2052-2078, out./dez. 2022.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. **Mulheres na Amazônia:** lutas em defesa de seus corpos-territórios. Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 2, p. e92873, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HyDJ7vbmzdZHqtLqXXx3NfP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

OLIVEIRA, Lais Aparecida Santos de. **Feminismo e Representação Política.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces - **Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.** Manaus: 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Política-Nacional-de-Extensão-Universitária-e-book.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Recebido em: 29-11-2024

Aceito em: 19-12-2024

Endereço para correspondência:

Nome: Suellen Campos de Macedo

E-mail: suellen.macedo@ifap.edu.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)